

# 1 Introdução

Recentemente um noticiário de grande audiência veiculou, em horário nobre, duas reportagens curiosas sobre a educação brasileira<sup>1</sup>.

A primeira delas, apresentava a discussão sobre a eficiência da divisão das classes por sexo defendendo a potencialização das capacidades neurolinguísticas distintas, de meninos e meninas, promovidas pela separação de turmas. A segunda tratava do caso de um pai que optou por retirar os dois filhos adolescentes da escola para instruí-los em casa.

O desfecho do primeiro caso contou com os depoimentos de especialistas em educação e psicólogos, prevalecendo a tese de que a convivência, promovida pelas turmas formadas por meninos e meninas, não poderia ser dispensada na formação e preparação para a vida em sociedade. No segundo caso, a reportagem informava que o pai estava sendo processado por *abandono intelectual* e, caso não matriculasse os filhos em uma escola poderia ser destituído da guarda dos mesmos.

Longe de discutir a pertinência dos debates em tela, o que queremos aqui é tratar do impacto por eles causados. Parece claro que a obrigação dos pais de enviar os filhos à escola, bem como a existência de classes heterogêneas, são questões não só sancionadas por lei, mas aceitas e naturalizadas no imaginário social brasileiro.

Retrocedendo na história e chegando à década de 1920, período a que se dedica este trabalho, encontraremos a coincidência de debates, ainda que invertidos sob o aspecto da aceitação social. A obrigatoriedade escolar e as classes mistas<sup>2</sup>, em conjunto com outros temas, inflamavam as discussões sobre a educação nacional, dividindo opiniões de intelectuais e da população em geral.

---

<sup>1</sup> Esta reportagem foi exibida no programa Fantástico na Rede Globo de televisão em março 2008.

<sup>2</sup> O debate parece atualmente tão superado que as expressões *obrigatoriedade* escolar e *classes mistas* caíram em desuso não sendo utilizadas em nenhum momento por pais, alunos, professores, especialistas em educação ou psicólogos.

Parece claro que a aceitação da frequência obrigatória, do estabelecimento de uma escola pública leiga e gratuita, da existência de prédios escolares construídos para esse fim, não se deu em curto prazo ou simplesmente por força de lei. Muitos foram os conflitos estabelecidos por esses temas, hoje acomodados nas práticas sociais cotidianas.

O objetivo desse trabalho é resgatar alguns desses temas polêmicos no debate educacional dos anos 20, na então capital federal, Rio de Janeiro, apresentando subsídios que possam contribuir na configuração do cenário<sup>3</sup> educacional do período.

A opção pelo estudo da década de 20 se deve à vinculação desse momento histórico à idéia de modernidade e progresso nacional, bem como ao seu desprestígio, no campo educacional, em relação à década subsequente, 1930. Este desprestígio levou-nos a achar os anos 20, delimitando-o de 1920 a 1926, uma vez que o ano seguinte, 1927, corresponde ao início da administração de Fernando de Azevedo frente à *Diretoria Geral de Instrução*, e inaugura o início da atuação, no Distrito Federal, do grupo de intelectuais que se auto-denominariam *Pioneiros da educação Nova*.

Marcada pelas transformações sócio-econômicas decorrentes das inquietações do pós-guerra e pela emergência do capitalismo e dos avanços industriais, a década de 1920 foi impulsionada pela urgência de conduzir o país a lugar de destaque no cenário mundial. Neste contexto a expressão *moderno* passa a adjetivar de remédios a teorias educacionais, passando pela arquitetura, vestimentas, meios de transporte, cidades e comportamentos.

Na educação, esta modernidade é associada à promoção da instrução popular e às condições necessárias a essa promoção. A cobrança por políticas públicas que garantissem este intento, desloca de uma vez a responsabilidade da educação do indivíduo do âmbito privado para o público. A educação ministrada na escola, sob a tutela do Estado era o novo *moderno*.

Assim, também as questões levantadas nesse trabalho, a alfabetização, a edificação de prédios escolares, o papel das escolas primárias e secundárias, o

---

<sup>3</sup> Exploraremos, no presente trabalho, a pluralidade do termo *cenário*. Significando ora o campo de atuação ora estrutura física e em alguns momentos a harmonização dos dois significados.

papel do professor e a regulamentação da educação, compõem pontos de fundamentação da modernidade educacional e assim devem ser percebidas.

O exercício de afastar o sentimento de obviedade nos debates mais polêmicos do período norteou esta pesquisa. Desta forma foi possível perceber que, mais do que a improvisação de prédios escolares, não havia se definido ainda o espaço da escola. Os horários de funcionamento, os dias de descanso, a composição das turmas, as responsabilidades do professor, tudo era incerto, tudo aguardava uma normatização<sup>4</sup>.

Esta normatização para a então capital federal, possuía um caráter mais urgente. A educação, assim como o espaço urbano e os hábitos da população, careciam de uma reformulação que daria à jovem capital o *status* de cidade civilizada, vitrine de um novo Brasil.

A busca pelos valores que civilizariam a nação pode ser esclarecida por meio da função do conceito de civilização proposto por Nobert Elias:

[...] se examinarmos o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização, e que qualidade comum leva todas essas várias atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: este conceito expressa a consciência que o ocidente tem de si mesmo. Poderíamos até dizer a consciência nacional. Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades mais contemporâneas “mais primitivas”. Com essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais.[...] Até certo ponto, o conceito de civilização minimiza as diferenças nacionais entre os povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou – na opinião dos que o possuem – deveria sê-lo (ELIAS, 1994, p.23).

É esta civilização que desejava espelhar a nossa capital, para então afinar-se com as potências mundiais e fazer progredir o Brasil.

Entretanto, não foi o papel de vitrine nacional atribuído à cidade do Rio de Janeiro o único motivo para este recorte geográfico. Parece igualmente pertinente observar a formação da rede escolar de uma cidade que, ao servir de vitrine do Brasil, foi por ele englobado, passando a ser observada antes pelas iniciativas federais do que pelas especificidades de mais um município da União.

---

<sup>4</sup> A inauguração deste debate não se deu na Primeira República (Cf. VIDAL&FARIAS, 2000), mas a urgência da definição dos tempos e espaços escolares associada à idéia de modernidade e progresso é própria deste período.

Contudo, reconstituir o cenário educacional de um período da história do Brasil não é tarefa das mais fáceis. O material documental, livros didáticos, relatos de professores, documentos escritos, entre outros, nem sempre estão disponíveis, quer pelas adversidades naturais do tempo, quer pela falta de preservação dispensada aos documentos que compõem a nossa História da Educação.

Para esse projeto, elegemos o jornal como instrumento de visualização do tema proposto. Vale ressaltar que, nos métodos historiográficos tradicionais (História Positivista), predominantes no século XIX e início do século XX, a imprensa sempre foi tratada como fonte de importância singular, contendo fatos e acontecimentos tidos como verdadeiros. Pretendemos desenvolver o estudo, sob uma visão crítica desse meio de comunicação, porém, tentando não cair no extremo oposto, o que muitas vezes acontece quando se busca superar esse paradigma tradicional. Isso quer dizer que não se pode relegar a imprensa a uma posição inferior, retirando-lhe o privilégio, e transformando-a, simplesmente, em um veículo de idéias, essencialmente subordinadas à estrutura sócio-econômica de uma determinada sociedade, em uma determinada época histórica. Enfim, tem-se como proposta buscar um ponto de equilíbrio, em que não se pode deixar de considerar a imprensa como uma fonte documental, sempre com um entendimento dialético de seu papel, que é influenciada, mas que também influencia os processos e fatos históricos (Cf. SOARES, 2006).

Assim, como em outros trabalhos que se utilizam do jornal como fonte de pesquisa, não se está fazendo aqui referência a uma imprensa pedagógica, como a surgida no Brasil do século XIX, com periódicos e revistas voltadas ao cotidiano escolar, ao professor ou aos métodos de ensino. Trata-se da imprensa oficial, leiga, desvinculada de qualquer instituição de ensino ou associação de professores (Cf. SOARES, 2006).

Eleger o *Jornal do Commercio* para visualizar o debate educacional da década de 20 foi antes fruto da ignorância do papel do periódico no cenário nacional, do que a certeza clara da pertinência da fonte. Citado por intelectuais, aclamado por políticos e respeitado pela população, o *Jornal do Commercio* (JC) parecia o documento ideal para o objetivo aqui proposto. Contudo, no contato diário com o periódico e com a difícil tarefa de resgatar um pouco de sua história, deparamo-nos com um jornal governista, condescendente mesmo com as medidas mais autoritárias da iniciativa federal. O assombro desta descoberta, por um

momento, relativizou a escolha da principal fonte deste trabalho tornando-se cada vez mais atraente o periódico da oposição, *O correio da manhã*.

No entanto a publicação do livro de Maria Beatriz Nizza da Silva, *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822)*, diluiu as dúvidas sobre a fecundidade do *Jornal do Commercio* como fonte. Ignorado pelos historiadores por se tratar de um periódico a serviço do governo, *A Gazeta do Rio de Janeiro*, possibilitou à autora, uma vigorosa reconstrução do dia-a-dia da cidade, uma vez que:

Além de constituir uma documentação relevante para a história do cotidiano carioca, do livro e da leitura, a seleção das notícias referentes ao Brasil em geral, ou à cidade do Rio de Janeiro em particular, não pode ser encarada apenas como forma de bajulação às autoridades constituídas ou ao próprio governante. Ela mostra o que era valorizado na sociedade colonial e merecia ser divulgado. Embora muitas notícias resultassem de documentos enviados pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, não se trata de pura propaganda oficial, pois muitos temas surgem em outros periódicos e eram de interesse geral [...]. (SILVA, 2007, p. 23)

Da mesma forma, o *Jornal do Commercio*, apesar de publicar diariamente os atos da *Diretoria Geral de Instrução Municipal*, refletia por meio de avisos, deferimentos, chamadas e anúncios de concursos, os conflitos a que estava submetida a rede escolar do Distrito Federal e as tensões do cenário educacional republicano.

A apreciação deste material foi feita com base na recorrência de temas acerca da instrução, publicados pelo periódico, que possibilitou a configuração das chaves de análise que deram forma a este trabalho. Assim, a questão da alfabetização, a estrutura da escola primária e secundária, a formação de um espaço escolar, a situação dos professores e a regulamentação da educação na cidade carioca, apresentam-se como as questões polêmicas que permeavam o debate educacional a que nos dedicamos.

Num primeiro momento, a pesquisa no *Jornal do Commercio* cobriu todos os fascículos do ano de 1920. A intenção desta primeira análise foi a possibilidade de observar, durante todo um ano, o formato do jornal, bem como a periodicidade das publicações específicas sobre educação e a sua localização dentro do periódico.

Na fase seguinte, privilegiamos a observação do período escolar definido entre 1ª de março a 15 de dezembro pelo Decreto n. 2363 de 1920, e restringimos as seções do periódico às publicações da *Diretoria Geral da Instrução Municipal*,

aos artigos da *Gazetilha* e às *Propagandas*. Outras datas foram eventualmente consultadas por sua relevância no contexto educacional ou por referência dada no próprio periódico.

Desta forma, foi possível abranger satisfatoriamente o período de 1920 a 1926, bem como perceber a recorrência de determinados temas acerca da Instrução.

No segundo capítulo, apresentamos um pouco da história do *Jornal do Commercio*, além de delinear o panorama da imprensa dos anos 20. A pertinência deste capítulo está na definição do *locus* do material trabalhado a fim de evitar as considerações impróprias e esclarecer a relação estabelecida com a fonte.

Vale, no entanto, ressaltar que as informações sobre o *Jornal do Commercio* não se encontram sistematizadas nem mesmo em obras consagradas sobre a história da imprensa, como SODRÉ (1999) ou BARBOSA (2007). Daí o desejo de apresentar o retrospecto do periódico e alargar as possibilidades de pesquisa do mesmo como fonte para a História da Educação.

O terceiro capítulo trata da presença e da definição das idéias de progresso e de modernidade que alimentaram o debate educacional e conduziram a questão da instrução ao patamar de questão nacional.

A tomada do material sobre Educação, se dá no capítulo quarto. Dividido em cinco subitens, este capítulo destaca os temas mais recorrentes, no material pesquisado, na tentativa de apresentar subsídios que permitam o entendimento da questão da educação no Rio de Janeiro dos anos 20.